



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141439 - PR (2021/0013086-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ADRIANO DE MOURA SOARES (PRESO)
ADVOGADO : ADEMIR OLEGÁRIO MARQUES - PR095461
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CORRÉU : JHONY FERREIRA MATOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ADRIANO DE MOURA SOARES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 065095-58.2020.8.16.0000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva e foi posteriormente denunciado como incurso no art. 330 do Código Penal, art. 16, § 1º, IV, da Lei n. 10.826/03 e art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, em concurso material de crimes (artigo 69 do Código Penal).

Sustenta "não haver embasamento legal para a manutenção de prisão preventiva" (fl. 91), em especial quando sopesadas suas condições pessoais favoráveis, bem como a quantidade inexpressiva de entorpecente apreendida. Aponta para a possibilidade de aplicação de medidas diversas da prisão.

Consigna que houve "falhas materiais da prisão em flagrante, da prisão preventiva e da audiência de custódia" (fl. 141), o que socorreria a concessão da liminar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que responda ao processo em liberdade, sem prejuízo da aplicação de medidas diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator (71-79):

"Nesse contexto, No que se refere ao , restou devidamente evidenciado no decreto periculum libertatis preventivo a periculosidade do agente, tendo em vista que,o Paciente teve a ousadia de confrontar a Autoridade Policial, pois no momento em que a Polícia Militar chegou no local, o Paciente teria sacado um revólver, e fugiu do local não dando importância as ordens verbalizadas de parada, após a chegada de outras

equipes policiais para auxiliar na busca do paciente, o mesmo teria sido localizado escondido em uma residência vizinha, e no momento da abordagem, o Paciente continha em seu bolso 05 (cinco) munições intactas de revólver calibre .38, 04 (quatro) da marca cbc spl, uma aguilha e uma munição deflagrada de revólver calibre .38 da marca cbc spl e ainda a quantia de R\$ 2.030,00 (dois mil e trinta reais), distribuídas em notas diversas (3 notas de r\$ 100,00; 18 notas de r\$ 50,00; 25 notas de 20,00; 23 notas de r\$ 10,00; 14 notas de r\$ 5,00 e 15 notas de r\$ 2,00), e em relação da arma de fogo, o Paciente teria informado que teria dispensado durante a fuga, mas logo após a Autoridade Policial logrou êxito em encontrar a referida arma, no mesmo terreno que houve a prisão em flagrante. Além disso, dentro da residência do Paciente foram apreendidas 20g de crack, um prato de cor branca, um rolo de papel-alumínio, duas lâminas, o que caracteriza, em tese, a prática de tráfico de entorpecentes. Nesse passo, ao contrário do que afirma o impetrante, a decisão combatida não possui fundamentação genérica, pois respaldou-se na necessidade de garantia da ordem pública, com base na conduta do acusado e na gravidade concreta do delito."

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência